**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

# PROAD Nº 3990/2021 (Principal)

**PROAD Nº 4195/2023 (Solicitação de Providência)**

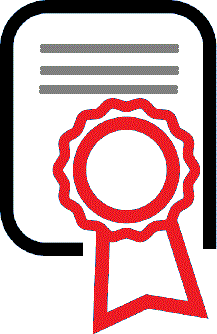
# INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 01

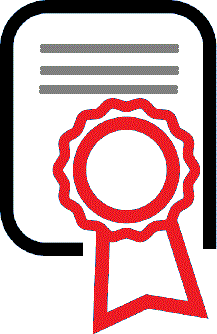
1. **Preâmbulo**
   1. O objetivo dessa informação técnica é de esclarecer a alteração de quantidades, referente ao objeto do Contrato **nº 12/2023**, que trata das obras de execução dos **Serviços de Retrofit das Fachadas, Recuperação Estrutural, Impermeabilização e Serviços Gerais do Edifício Dom Helder Câmara, situado a Avenida Tristão Gonçalves nº 912 – Centro - Fortaleza /CE, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região**, contratada sob o regime de empreitada preços unitários.
   2. O Setor de Fiscalização de Obras e Serviços deste TRT, considerando o objeto do **PROAD nº 3990/2021**, diante do exposto anteriormente, vem informar a necessidade da celebração do **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2023**, a considerar **ACRÉSCIMOS** e **SUPRESSÕES DE SERVIÇOS**, sem alteração do prazo de execução da obra.

# Da Situação da Obra

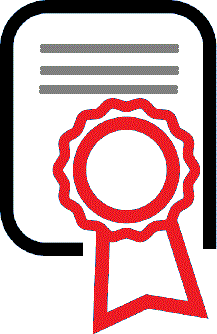
* 1. A obra teve início no dia **03/04/2023**, de acordo com a Ordem de Serviço emitida para a **CONSDUCTO ENGENHARIA LTDA**, inscrita no **CNPJ 08.728.600/0001-82** e está atualmente com mais de 60 dias de execução. Foi realizada a **segunda medição** e o cronograma da obra encontra-se com **5,49%** dos serviços executados, com um pequeno atraso no cronograma original apresentado pela Contratada na licitação**.**

*PAULO BRASILEIRO PIRES FREIRE*

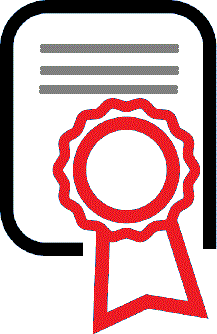
*30/06/2023 08:42*

*ADRIANO DUARTE VIEIRA*

*30/06/2023 08:51*

*GUSTAVO DANIEL GESTEIRA MONTEIRO*

*30/06/2023 09:07*

*FUGITA MACHADO DE CARVALHO*

*30/06/2023 09:39*

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

# Dos Acréscimos e Supressões

* 1. A Planilha referente ao Primeiro Aditivo apresenta a **justificativa técnica** de cada adição ou subtração de serviços**.** Cada alteração foi devidamente classificada como **Omissão de Projeto (OP), Falha de Projeto (FP) ou Fato Superveniente (FS),** visando facilitar a verificação do atendimento aos limites estabelecidos pelo § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e dos Contratos Administrativos;
  2. Elaboramos a **Planilha do 1º Aditivo**, integrante desse instrumento como **Anexo I**, aonde o item modificado terá uma explicação própria para melhor compreensão da alteração;
  3. Os itens **1.2.8 - ANDAIME METÁLICO FACHADEIRO -LOCAÇÃO MENSAL, exceto TELA, MONTAGEM E DESMONTAGEM / 1.2.9 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO PARA EDIFICAÇÕES COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA),** contemplam o sistema de painéis (ou quadros) metálicos tubulares, que são contraventados entre si, formando torres, que acompanham o contorno do **Edifício Dom Helder Câmara**, cujo gabarito da edificação é de mais de 40 metros de altura, proporcionando acesso dos trabalhadores às frentes de trabalho na reforma da fachada.
     1. Recebemos a Correspondência do dia **03/05/2023** da **Consducto Engenharia Ltda**, denominada de “**JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE VERTICAL E PROTEÇÃO PERIFÉRICA” (Anexo IV)**, que solicita a substituição do sistema de **Andaimes Modulares Fachadeiros** pelo sistema de **Andaime Suspenso Mecânico**, que é aquele cuja plataforma de trabalho é sustentada por estrutura suspensa por cabos de aço e movimentada por meio de guinchos manuais ou elétricos.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

* + 1. Assim, a fundamentação desse pedido da Contratada se baseou no fato de que durante a montagem dos andaimes modulares fachadeiros até o nível do **1º Pavimento** do prédio, com o intuito de iniciar a demolição do revestimento existente, observou-se que, logo após o painel inferior da fachada revestida de porcelanato, tanto nas fachadas **Norte** e como na **Sul**, há um recuo de **80cm**, que corresponde a largura do pilar existente, conforme demonstra a figura abaixo:



**Foto 01 – Detalhe do recuo da fachada Norte na dimensão de 80cm para acesso aos painéis abaixo das janelas dos pavimentos.**

* + 1. Em vista disso, outro fato relevante é que para realização da montagem e fixação dos andaimes modulares fachadeiros na estrutura da edificação, tornou-se necessário um afastamento mínimo de **40cm,** para permitir a passagem de um trabalhador e o melhor manuseio das peças na montagem das torres, de acordo com o registro fotográfico abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**



**Foto 02 – Detalhe do recuo dos andaimes modulares fachadeiros da fachada Sul da edificação na dimensão de 40cm para possibilitar a montagem e fixação das peças.**

* + 1. Com efeito, nas fachadas **Norte** e **Sul** do edifício, ao montar o sistema de Andaime Fachadeiro, passou-se a ter um afastamento na ordem de **120cm**, que representa **a distância entre o piso de trabalho do Andaime Fachadeiro, no qual os funcionários irão operar e a fachada da edificação**. Observa-se que devido a essa distância, os funcionários não terão contato com a fachada impossibilitando as demolições e demais serviços previstos.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

* + 1. Logo, este afastamento é ocasionado pela própria arquitetura e geometria da edificação, que conforme medição realizada *in loco* tem a dimensão de **80cm**, somado a distância mínima técnica exigida para montagem do Andaime Fachadeiro e a estrutura da edificação que é da ordem de **40cm**. Esta Fiscalização, **pelo fato de o TRT da 7ª Região não possuir nenhum Engenheiro de Segurança do Trabalho em seu quadro de servidores**, solicitou a Contratada um **Laudo Técnico de Segurança do Trabalho** para **avaliar a situação constatada**, com o intuito de confirmar o risco e **apresentar soluções técnicas para sanar o problema**.
    2. Com efeito, no dia **19/05/23**, a Contratada apresentou o **LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA PARA ADEQUABILIDADE PARA ANDAIME SUSPENSO** (**Anexo V**) de autoria da **4M Engenharia Ltda** do **Engenheiro de Segurança do Trabalho Raul Moreno Martins - CREA RNP 061176012-6 – ART CE20231208227**, que afirma que de acordo com as diretrizes da Norma Regulamentadora **NR 18 - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**, cabe ao empregador garantir a efetiva implementação das medidas de proteção, que possa garantir a segurança e saúde de seus colaboradores.
    3. Então, o laudo registra que, com a utilização dos Andaimes Fachadeiro, **não é possível garantir a segurança e integridade física dos operários envolvidos nas atividades de *Retrofit* das fachadas**, pois eles teriam que se projetar para fora da estrutura do andaime para alcançar as fachadas **Norte** e **Sul** da edificação, devido a distância de **120cm**, **aumentando significativamente a probabilidade de ocorrência de um grave acidente de trabalho**. A **Comissão de Fiscalização corrobora com as conclusões do Laudo de Segurança do Trabalho apresentado**, pois está em consonância com a Norma Regulamentadora **NR 18 -**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

# CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO.

* + 1. Outrossim, com a obrigatoriedade do retorno ao trabalho presencial, tratada por normas do **Conselho Nacional de Justiça**, notadamente oriunda do **PCA 0002260-11.2022.2.00.0000 (Anexo VII)**, a presença física dos magistrados e servidores nas audiências voltou a ser regra quase absoluta para todo o Poder Judiciário, o que determinou que a Administração do Tribunal publicasse um **ATO CONJUNTO** da Presidência do Tribunal, da Corregedoria Regional e da Diretoria do Fórum Autran Nunes – **ATO TRT7.GP.CORREG.DFAN Nº 01** de **31 de Março de 2023** (**Anexo VIII**).
    2. Visto que neste Ato Conjunto, a Administração considerou a inviabilidade de deslocar a totalidade das unidades judiciárias e administrativas localizadas no **Edifício Dom Helder Câmara** para outro espaço, face aos elevados custos envolvidos, bem como, todos os transtornos causados pelo barulho e riscos de acidentes provocados pelas demolições na 1ª Etapa da obra, decidiu pela viabilidade de compatibilizar os serviços executados pela Contratada com o expediente híbrido das unidades administrativas e judiciais, parte presencialmente e parte remotamente.
    3. Portanto, ficou estabelecido que, durante o período de **03/04/23 a 28/07/23**, todas as atividades presenciais no aludido prédio, inclusive o atendimento ao público, ocorrerão no horário das **7h30 às 12h30**, das segundas-feiras as quintas-feiras, em dias úteis.
    4. Aliado a todos esses fatos, nas Fachadas **Leste** e **Oeste** da edificação, estava prevista também a utilização dos andaimes modulares fachadeiros para execução dos serviços de reforma das fachadas. Entretanto, na fachada **Oeste**, para atender as disposições do **ATO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

**CONJUNTO TRT7.GP.CORREG.DFAN Nº 01**, permaneceu o **fluxo de veículos para o estacionamento no subsolo do prédio**, impossibilitando o uso dos andaimes modulares fachadeiros, que obrigaria a uma interdição total da rampa de acesso ao subsolo, durante todo o prazo de execução contratual, conforme indicado no registro fotográfico:



**Foto 03 – Rampa de acesso de veículos ao subsolo do prédio na Fachada Oeste, utilizada diariamente pelos magistrados, impossibilitado a montagem dos andaimes fachadeiros e a interdição do local durante o prazo de execução da obra.**

* + 1. De tal sorte que, na fachada **Leste**, também para atender as disposições do **ATO CONJUNTO TRT7.GP.CORREG.DFAN Nº 01,** permaneceu o **fluxo de usuários, servidores e de operadores do Direito da Justiça do Trabalho**, que também não pode ser prejudicado por uma eventual interdição para a montagem dos andaimes modulares fachadeiros, dificultando assim o uso dessa solução para execução dos serviços de *Retrofit* na fachada **Leste**, de acordo com a foto abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**



**Foto 04 – Rampa de acesso de pedestres a entrada do prédio na Fachada Leste, utilizada diariamente pelos usuários, servidores e operadores do Direito da Justiça do Trabalho, impossibilitado a montagem dos andaimes fachadeiros e a interdição do local durante o prazo de execução da obra.**

* + 1. Entendeu-se então, que a solução de andaimes modulares fachadeiros somente será utilizada nas fachadas **Norte** e **Sul** do **pavimento Térreo até o 1º Pavimento** da edificação, perfazendo uma altura de **10 metros**, que multiplicada pela extensão lateral da edificação de **34,98 metros** e por **duas repetições** (fachadas **Norte** e **Sul**), temos uma área de **699,60m²** de **MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO PARA EDIFICAÇÕES COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA).** Considerando que todos os serviços de reforma destes

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

trechos das duas fachadas ocorram em **oito meses** (prazo de execução da obra), temos que os serviços de **ANDAIME METÁLICO FACHADEIRO - LOCAÇÃO MENSAL**, **exceto TELA,**

**MONTAGEM E DESMONTAGEM** serão de **699,60m² x 8 meses**, perfazendo um total de **5.596,80 m² x mês**.

* + 1. Diante do exposto, conclui-se que a substituição do sistema de andaimes modulares fachadeiros pelo sistema de andaimes suspensos se trata de um **FATO SUPERVENIENTE**, por razões distintas, justificadas também pelo **Autor do Projeto Básico**:
       1. **Para Fachadas Leste e Oeste**: Foi motivado pela decisão da **Ministra Dora Maria da Costa – Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho (Anexo VII)**, que determinou em **02/02/2023** o imediato retorno presencial de magistrados e servidores ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região no **Processo TST SEI nº 6008741/2022-00**, que motivou a publicação do **ATO CONJUNTO TRT7.GP.CORREG.DFAN Nº 01**, decidindo pela viabilidade de compatibilizar os serviços executados pela Contratada com o expediente híbrido das unidades administrativas e judiciais, parte presencialmente e parte remotamente. Isso impossibilitou a montagem do sistema de andaimes modulares fachadeiros nas **Fachadas Leste e Oeste**, para que se garantisse o acesso de pedestres e veículos as dependências do **Ed. Dom Helder Câmara**.
       2. **Para Fachadas Norte e Sul**: Foi determinado pela utilização do sistema de andaimes modulares fachadeiro nas **Fachadas Norte e Sul**, acima de 10 metros de altura, **não ser possível garantir a segurança e integridade física dos operários envolvidos nas atividades de *Retrofit* das fachadas**, pois eles teriam que se projetar para fora da estrutura do andaime para alcançar as fachadas da edificação, devido a

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

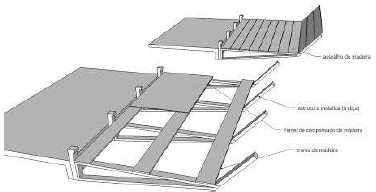
# distância de 120cm, aumentando significativamente a probabilidade de ocorrência de um grave acidente de trabalho.

* + - 1. **Justificativa do Autor do Projeto Básico para Fachadas Norte e Sul**: Foi informado pelo autor que a constatação da impossibilidade da utilização do sistema de andaimes modulares fachadeiros nas **Fachadas Norte e Sul**, não seria possível ser identificada durante a instrução processual, por se tratar de uma especificidade da montagem dos andaimes. É necessário um afastamento de **40cm** da fachada para manuseio das peças, fato que era do seu desconhecimento à época, além da adequação do sistema a geometria da fachada por possuir determinados nichos, que distam 80cm para a parte mais interna. O autor segue afirmando que esse fato somente foi constatado pela Comissão de Fiscalização após a montagem dos andaimes fachadeiros até o **1º pavimento** (**10 metros de altura**), o que era impossível de acontecer durante a instrução processual.
      2. **Justificativa do Autor do Projeto Básico para Fachadas Leste e Oeste**: O autor registrou que não havia nenhum impedimento técnico na utilização do sistema de andaimes modulares fachadeiros nas **Fachadas Leste e Oeste**, mas entendeu que a mudança foi motivada pela decisão da Administração do Tribunal em compatibilizar os serviços executados pela Contratada com o expediente híbrido das unidades administrativas e judiciais, parte presencialmente e parte remotamente, mantendo o acesso dos pedestres e dos veículos as dependência da edificação durante o período de obras.
    1. Dessa forma, sugere-se que sejam **SUPRIMIDOS (Ver Anexo I)** do contrato **12.403,20m² x mês** de **ANDAIME METÁLICO FACHADEIRO - LOCAÇÃO MENSAL**, **exceto TELA, MONTAGEM E DESMONTAGEM** e **4.500,40m²** de **MONTAGEM E**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

# DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO PARA EDIFICAÇÕES COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA);

* 1. O item **1.2.16 - PLATAFORMA DE PROTEÇÃO PRINCIPAL PARA ALVENARIA ESTRUTURAL PARA SER APOIADA EM ANDAIME, INCLUSIVE MONTAGEM E DESMONTAGEM. AF\_11/2017** é um Equipamento de Proteção Coletiva - EPC de uso obrigatório, conforme a Norma Regulamentadora **NR 18 - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**, também previsto nos Cadernos Técnicos de Composições (CT) do SINAPI. Este EPC também pode ser chamado de “bandeja primária ou salva-vidas”, que tem por objetivo impedir a queda de objetos, ferramentas e/ou resíduos sólidos sobre vias e calçadas, colocando em risco as pessoas ou o patrimônio de terceiros.
     1. A Comissão de fiscalização acatou a recomendação do uso da **Plataforma de Proteção Principal** no **LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA PARA ADEQUABILIDADE PARA ANDAIME SUSPENSO** (**Anexo V**)**.** Esta plataforma, que originalmente **não estava prevista na planilha do contrato**, tornou-se necessária pela utilização do sistema de andaimes suspensos, uma vez que o sistema de andaimes modulares fachadeiros dispensa o uso deste equipamento de proteção.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

* + 1. Com efeito, está sendo sugerido o **ACRÉSCIMO** da quantidade de **99,90m**, que corresponde ao perímetro geral da edificação no contorno do **1º pavimento**, onde a bandeja será instalada. Por se tratar de um **ITEM NOVO de COMPOSIÇÃO** (**Anexo III**), buscou-se e foi encontrado o item com o **Código 97067 - PLATAFORMA DE PROTEÇÃO PRINCIPAL PARA ALVENARIA ESTRUTURAL PARA SER APOIADA EM ANDAIME, INCLUSIVE MONTAGEM E DESMONTAGEM. AF\_11/2017** da tabela de **Composições Sintéticas da SINAPI-CE de 11/2022 com Desoneração**, cujo preço unitário é de **R$ 705,69/m**. Para o cálculo do preço unitário final, foi incidido o **deflator (Preço Proposta R$ 5.600.000,00 / Preço Referência R$ 5.926.308,10 = 0,9449)** do desconto da Contratada efetivado na licitação de **5,51%** e acrescentado o BDI de Serviços de **25,98%,** perfazendo um preço unitário com BDI de **R$ 840,04**.
  1. O item **1.2.17 - LOCAÇÃO DE ANDAIME SUSPENSO OU BALANCIM MANUAL, CAPACIDADE DE CARGA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 250KG/M2, PLATAFORMA 1,50 M X 0,80 M (C X L) CABO DE 45 M (MÊS)** indica o novo sistema de andaime a ser utilizado na obra em substituição dos andaimes modulares fachadeiros, ou seja, são plataformas suspensas por cabos de aço utilizada na construção civil para trabalhos de manutenção, reparo e construção em fachadas de prédios e lugares que requerem altura.
     1. O sistema de **Andaimes Suspensos**, sugeridos no **LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA PARA ADEQUABILIDADE PARA ANDAIME SUSPENSO** (**Anexo V**) e acatados pela Comissão de Fiscalização, **não estavam previstos originalmente na planilha do contrato**, pois substituíram o sistema de andaimes modulares fachadeiros.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**



**Foto 05 – Modelo de andaime suspenso ou balancim manual**

* + 1. Nesse sentido, está sendo proposto um **ACRÉSCIMO** da quantidade de **144 unidades x mês**, que corresponde a utilização de **18 (dezoito) Balancins Manuais** propostos pela Contratada, que serão deslocados ao longo do perímetro da edificação, durante o período de **08 (oito) meses** (prazo de execução da obra) para realização de todos os serviços de reforma das fachadas do **Edifício Dom Helder Câmara**. Por se tratar de um **ITEM NOVO de INSUMO** (**Anexo III**), buscou-se e foi encontrado o item com o **Código 41805 - LOCAÇÃO DE ANDAIME SUSPENSO OU BALANCIM MANUAL, CAPACIDADE DE CARGA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 250KG/M2, PLATAFORMA 1,50 M X 0,80 M (C X L) CABO DE 45 M (MÊS)** da tabela de **Insumos da SINAPI-CE de 11/2022 com Desoneração**, cujo preço unitário da locação mensal de cada balancim manual é de **R$ 419,00/mês**. Para o cálculo do preço unitário final, foi incidido o **deflator (Preço Proposta R$ 5.600.000,00 / Preço Referência R$ 5.926.308,10 = 0,9449)** do desconto

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

da Contratada efetivado na licitação de **5,51%** e acrescentado o BDI de Serviços de **25,98%,** perfazendo um preço unitário com BDI de **R$ 498,77**.

* 1. Os itens **1.2.18 - GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF\_03/2016 / 1.2.19 -MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA P/ IÇAMENTO – KG** contemplam os serviços necessários para execução da **Estrutura Metálica Auxiliar de Içamento da Tela de Fachada**, que já se encontra na planilha contratual (**item 1.2.10 - COLOCAÇÃO DE TELA EM ANDAIME FACHADEIRO**), porém com sua fixação estava prevista nos andaimes modulares fachadeiros. Com a substituição para o sistema de andaimes suspensos ou balancins manuais, será necessário executar uma **estrutura metálica auxiliar para a fixação da tela de fachada**, projetando a tela de forma que abranja os andaimes suspensos da Cobertura até a Plataforma de Proteção Primária no 1º Pavimento do Ed. Dom Helder Câmara.
     1. A estrutura auxiliar será composta por **12 (doze) perfis metálicos tipo “I” de alma de 6” com 6,00m de extensão e 36 (trinta e seis) de 4,00m de comprimento**, perfazendo um perímetro total de **216,00m**, distribuídos ao longo de toda a platibanda do pavimento de Cobertura, tendo uma extremidade fixada por um conjunto de cabos de aço e parafusos tipo “parabolt” presos na laje de concreto pela parte interna da platibanda e a outra extremidade se projetando da edificação em balanço de 3,50 metros para receber a tela de fachada.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**



**Foto 06 – Exemplo de estrutura metálica auxiliar assentada sobre a platibanda da Cobertura para fixação da tela de fachada.**

* + 1. Com efeito disso, há uma recomendação do uso de **tela fachadeiro** no **LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA PARA ADEQUABILIDADE PARA ANDAIME SUSPENSO** (**Anexo V**), que já estava prevista em contrato, porém sua fixação, originalmente prevista para ser presa aos andaimes modulares fachadeiros, não será mais possível pela substituição para o sistema de andaimes suspensos, necessitando assim de uma estrutura auxiliar da parte superior de sua fixação.
    2. Por essa razão, a Comissão de Fiscalização acatou a sugestão da Contratada e sugere um **ACRÉSCIMO** na quantidade de **40 (quarenta) horas** de uso produtivo de um guincho coluna para içar todos os perfis metálicos para a Cobertura da edificação e sua desmobilização quando o serviço for concluído. Por se tratar de um **ITEM NOVO de COMPOSIÇÃO** (**Anexo III**), buscou-se e foi encontrado o item com o **Código 93281 - GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF\_03/2016** da tabela de

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

**Composições Sintéticas da SINAPI-CE de 11/2022 com Desoneração**, cujo preço unitário do uso produtivo do guincho coluna é de **R$ 20,33/CHP (Custo Horário Produtivo)**. Para o cálculo do preço unitário final, foi incidido o **deflator (Preço Proposta R$ 5.600.000,00 / Preço Referência R$ 5.926.308,10 = 0,9449)** do desconto da Contratada efetivado na licitação de **5,51%** e acrescentado o BDI de Serviços de **25,98%,** perfazendo um preço unitário com BDI de **R$ 24,20**.

* + 1. Outrossim, também foi proposto um **ACRÉSCIMO** da quantidade de **4.017,60 Kg** de montagem e desmontagem de estrutura metálica para içamento da tela, correspondente a utilização de **12 (doze) perfis metálicos tipo “I” de alma de 6” com 6,00m de extensão e 36 (trinta e seis) peças de 4,00m de comprimento**, perfazendo um perímetro total de **216,00m**, cuja densidade é de **18,60Kg/m** (fonte: https://[www.samiaco.com.br/viga-i/).](http://www.samiaco.com.br/viga-i/)) Por se tratar de um **ITEM NOVO de COMPOSIÇÃO** (**Anexo III**), buscou-se e foi encontrado o item com o **Código C3468 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA P/ IÇAMENTO - KG** da tabela de **SEINFRA-CE 27.1 de 03/2021 com Desoneração**, cujo preço unitário é de **R$ 6,76/Kg**. Para o cálculo do preço unitário final, foi incidido o **deflator (Preço Proposta R$ 5.600.000,00 / Preço Referência R$ 5.926.308,10 = 0,9449)** do desconto da Contratada efetivado na licitação de **5,51%** e acrescentado o BDI de Serviços de **25,98%,** perfazendo um preço unitário com BDI de **R$ 8,05**.
    2. Por essas razões, o novo sistema de andaimes suspensos, com a inclusão da plataforma principal e da estrutura metálica de suporte da tela de fachada (**itens 1.2.16, 1.2.17, 1.2.18 e 1.2.19**) perfaz um custo total de **R$ 189.041,01** de acréscimos, enquanto a supressão de parte do sistema de andaimes modulares fachadeiros (itens 1.2.8 e 1.2.9), pelos motivos já

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

apresentados, totalizou a importância de **R$ 208.871,15**, promovendo uma

# economia para o erário público de R$ 19.830,14.

* 1. O item **1.2.20 - TAPUME COM TELHA METÁLICA AF 05\_05/2018** contempla toda a proteção para pedestres, servidores e operadores do Direito da Justiça do Trabalho, pela obrigatoriedade do trabalho presencial. Embora não esteja originalmente prevista na planilha contratual, foi necessária a implantação do tapume com telha metálica para garantir o acesso das pessoas às dependências do **Edifício Dom Helder Câmara,** para que os magistrados e servidores, ali lotados, pudessem exercer suas atividades jurisdicionais.
     1. Diante do exposto, conclui-se que a implantação do tapume com telha metálica trata-se de um **FATO SUPERVENIENTE**, devido a decisão da **Ministra Dora Maria da Costa – Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho (Anexo VII)**, que determinou em **02/02/2023** o imediato retorno presencial de magistrados e servidores ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região no **Processo TST SEI nº 6008741/2022-00**, que motivou a publicação do **ATO CONJUNTO TRT7.GP.CORREG.DFAN Nº 01**, decidindo pela viabilidade de compatibilizar os serviços executados pela Contratada com o expediente híbrido das unidades administrativas e judiciais, parte presencialmente e parte remotamente. Isso obrigou a implantação do tapume com telha metálica para disciplinar e garantir o acesso seguro pela rampa de acesso de pedestres a entrada do prédio na Fachada Leste, utilizada diariamente pelos usuários, servidores e operadores do Direito da Justiça do Trabalho.
     2. Por esse fato, está sendo proposto um **ACRÉSCIMO** da quantidade de **156m²** de tapume metálico, de acordo com a planta falada (**Anexo IX**) com a localização do perímetro protegido. Por se tratar de um **ITEM NOVO de COMPOSIÇÃO** (**Anexo III**), buscou-se e foi encontrado o item com o **Código 98459 - TAPUME COM TELHA METÁLICA AF**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

**05\_05/2018** da tabela de **Composições Sintéticas da SINAPI-CE de 11/2022 com Desoneração**, cujo preço unitário é de **R$ 119,44/m²**. Para o cálculo do preço unitário final, foi incidido o **deflator (Preço Proposta R$ 5.600.000,00 / Preço Referência R$ 5.926.308,10 = 0,9449)** do desconto da Contratada efetivado na licitação de **5,51%** e acrescentado o BDI de Serviços de **25,98%,** perfazendo um preço unitário com BDI de **R$ 142,18**.

# Os itens 2.1.1 - DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO / 2.2.2 - REGULARIZAÇÃO DE REBOCO , DE PAREDE, COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:10 ESPESSURA 0,5 mm / 2.2.6 - IMPERMEABILIZAÇÃO / PINTURA DE PAREDE COM TINTA SEMI-FLEXIVEL 2 DEMÃOS TIPO IMPERMEABILIZAÇÃO SEMI- FLEXÍVEL COM TINTA ALFALTICA, 02 DEMÃOS, EM SUPERFÍCIES LISAS E DE PEQUENAS DIMENSÕES, TIPO VIAPLUS 1000, REF:VIAPOL OU SIMILAR / 2.2.7 - REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO ACM, E=3mm, PINTURA KAYNAR 500 COMPOSTA POR SEIS CAMADAS, FORNEIMENTO E MONTAGEM,INCLUSIVE ESTRUTURA METÁLICA AUXILIAR EM PERFIL DE ALUMINIO E PARAFUSOS DE FIXAÇÃO EM AÇO ÍNOX / 2.2.8 - CERÂMICA ESMALTADA COM ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA ATÉ 10X10cm DECORATIVA PARA PAREDE / 2.2.9 - REJUNTAMENTO DE REVESTIMENTO CERÂMICO contemplam alguns serviços de reforma das fachadas do Ed. Dom Helder Câmara.

* + 1. Recebemos outra correspondência no dia **03/05/2023** da **Consducto Engenharia Ltda**, denominada de “**JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA READEQUAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO ITEM 2.2.7 – REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO ACM” (Anexo VI)**, que solicita a **readequação quantitativa e qualitativa** do **Revestimento Metálico em Alumínio**



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

**Composto (ACM),** a fim de atender as necessidades básicas do projeto executivo.

* + 1. Assim, a fundamentação desse outro pedido da Contratada se baseou no fato dela ter identificado, em seus levantamentos de campo, a necessidade de um acréscimo de **834,36m²** de revestimento em ACM, além da quantidade contratual de **5.250,00m²**, alegando que a área contratada não seria suficiente para revestir o prédio, conforme o projeto licitado, perfazendo uma área total de **6.084,36m²,** segundo a constatação da própria Contratada.
    2. Diante desses fatos, a Comissão de Fiscalização, na composição de todos os seus membros, promoveu no dia **16/05/23** um **levantamento minucioso** “*in loco*” de todas as **medidas das fachadas da edificação**, identificando as **dimensões (largura e comprimento)** de cada **plano de fachada**, suas respectivas **repetições** e, classificando o **local de aplicação** do **Revestimento Metálico em Alumínio Composto - ACM** (***Memória de Cálculo ACM – Anexo X***) e do **Revestimento Cerâmico** (***Memória de Cálculo de Cerâmica – Anexo XI***), conforme demonstra os registros fotográficos:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

**Foto 07 – Trena a Laser com os mais avançados recursos de medição e memória, utilizada para verificação das dimensões dos planos de fachada.**





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**



**Foto 08 – Registros da atuação dos Membros da Comissão de Fiscalização na verificação das dimensões dos planos de fachada “in loco”, observando altura, largura e repetições de cada plano.**

* + 1. Então consequentemente, após a coleta de todas as medidas de cada plano de fachada e suas respectivas repetições, foi confeccionada a **Memória de Cálculo do Revestimento Metálico Composto – ACM (Anexo X)** que totalizou **5.809,66m²,** que subtraído do total previsto de contrato **5.250,00m²,** tivemos um **ACRÉSCIMO** de **559,66m²** no item

# 2.2.7 - REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO ACM, E=3mm, PINTURA KAYNAR 500 COMPOSTA POR SEIS CAMADAS, FORNEIMENTO E MONTAGEM,INCLUSIVE ESTRUTURA METÁLICA AUXILIAR EM PERFIL DE ALUMINIO E PARAFUSOS DE FIXAÇÃO EM AÇO ÍNOX, considerado por esta Fiscalização como uma FALHA de PROJETO.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

* + 1. Com efeito disso, consultou-se o **Autor do Projeto Básico** sobre essa **Falha de Projeto**, que nos informou que o levantamento que deu origem a quantidade de **5.250,00m² (Contrato)** foi retirada dos **Projetos Arquitetônicos** do **Edifício Dom Helder Câmara** de autoria do **Arquiteto Delberg Ponce De Leon**, existentes na **Coordenadoria de Manutenção e Projetos**, no formato digital (**DWG**) e que datam de **Julho de 2005.**
    2. Assim, o **Autor do Projeto Básico** reconhece a diferença dos levantamentos realizados pela Comissão de Fiscalização, alegando que existe divergência dos projetos arquitetônicos utilizados para o seu levantamento e a realidade fática das dimensões da edificação.
    3. Por consequência, apesar de ter sido conferido por três vezes por ele e pela sua equipe, uma vez que é o item mais relevante do orçamento, o **Autor do Projeto Básico** afirma que não dispunha na época das atuais condições de conferência das dimensões, das quais a Comissão de Fiscalização fez uso para sua conferência. Atualmente, a Comissão pode utilizar os andaimes externos, contando com todo o apoio da equipe de obra, garantindo a segurança e tranquilidade dos fiscais para realização do trabalho de conferência das medidas da fachada.
    4. Outrossim, dando continuidade ao levantamento de campo realizado pela Comissão de Fiscalização, elaborou-se a **Memória de Cálculo do Revestimento Cerâmico** (**Anexo XI**) que totalizou **698,70m²,** que subtraído do total previsto de contrato **325,00m²,** teremos um **ACRÉSCIMO** de **373,70m²** nos itens **2.2.8 - CERÂMICA ESMALTADA COM ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA ATÉ 10X10cm DECORATIVA PARA PAREDE / 2.2.9 - REJUNTAMENTO DE REVESTIMENTO CERÂMICO**, considerado por esta Fiscalização como uma **FALHA de PROJETO**, que foi causada pelos os motivos já

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

apresentados pelo **Autor do Projeto Básico**. O autor ressaltou que não considerou nenhuma cerâmica de revestimento da caixa d´água da edificação e, foi detectado agora pela Comissão de Fiscalização pelo método do som cavo, cerâmicas em processo de descolamento nesse local.

* + 1. Como consequência desses levantamentos em campo realizados pela Comissão de Fiscalização, houve alteração na área de **demolição do revestimento cerâmico da fachada**, pois o total a ser demolido deveria ser a área total de **Revestimento Metálico de Alumínio Composto (5.809,66m²)** acrescida da área total de **Revestimento Cerâmico (698,70m²),** perfazendo uma área total de demolição de **6.508,36m²,** que subtraído do total previsto de contrato **6.050,00m²,** tivemos um **ACRÉSCIMO** de **458,36m²** no item **2.1.1 - DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO**, considerado por esta Fiscalização como uma **FALHA de PROJETO**, pelos motivos já apresentados.
    2. Contudo, foi identificado por um dos membros da Comissão de Fiscalização, que já haviam sido demolidos **704,06m²** pela empresa **ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – CNPJ 36.712.670/0001-88**, cujo serviço foi objeto do **Contrato nª 16/22** do **PROAD nº 3951/2021**, razão pela qual, essa mesma área foi **SUPRIMIDA** do mesmo **2.1.1 - DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO**, obtendo-se assim uma **SUPRESSÂO** final, em seu conjunto, na área de **245,70m².**
    3. Pelos mesmos motivos apresentados acima, a área total de **regularização de reboco tanto para o ACM, quanto para a Cerâmica**, deveria ser a área total de **Revestimento Metálico de Alumínio Composto (5.809,66m²)** acrescida da área total de **Revestimento Cerâmico (698,70m²),** perfazendo uma área total de regularização de **6.508,36m²,** que subtraído do total previsto de contrato **6.050,00m²,**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

# teremos um ACRÉSCIMO de 458,36m² no item 2.2.2 - REGULARIZAÇÃO DE REBOCO , DE PAREDE, COM ARGAMASSA TRAÇO 1;2;10 ESPESSURA 0,5 mm / 2.2.6 -

**IMPERMEABILIZAÇÃO**, considerado por esta Fiscalização como uma

# FALHA de PROJETO.

* + 1. Como consequência da alteração dessas quantidades, em relação a **impermeabilização das paredes da fachada**, que de acordo com os levantamentos realizados em campo pela Comissão de Fiscalização, o total a ser impermeabilizado corresponderia somente a área total de **Revestimento Metálico de Alumínio Composto (5.809,66m²),** uma vez que tecnicamente a área total de **Revestimento Cerâmico** não pode ser impermeabilizada para não prejudicar sua aderência ao reboco. Então, isso perfaz uma área total de impermeabilização de **5.809,66m²,** que subtraído do total previsto de contrato **6.050,00m²,** teremos uma **SUPRESSÃO** de **240,34m²** no item **2.2.6 - IMPERMEABILIZAÇÃO / PINTURA DE PAREDE COM TINTA SEMI-FLEXIVEL 2 DEMÃOS TIPO IMPERMEABILIZAÇÃO SEMI-FLEXÍVEL COM TINTA ALFALTICA, 02 DEMÃOS, EM SUPERFÍCIES LISAS E DE PEQUENAS DIMENSÕES, TIPO VIAPLUS 1000, REF:VIAPOL OU SIMILAR**, considerado por esta Fiscalização como uma **FALHA de PROJETO**. O Autor do Projeto Básico reconhece a falha e a justifica pelos motivos apresentados anteriormente.
  1. O item **2.2.11 - CHAPIM DE GRANITO CINZA ANDORINHA COM LARGURA DE 22CM E ESP=2CM** contempla a substituição do chapim de concreto existente, que está em avançado estado de corrosão. Esta Fiscalização constatou que o autor do Projeto Básico determinou a substituição do chapim de concreto atual, que está danificado pela corrosão, com elevado risco de queda de material, por um chapim de granito, que não sofre a ação da corrosão por não ter armadura em aço.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

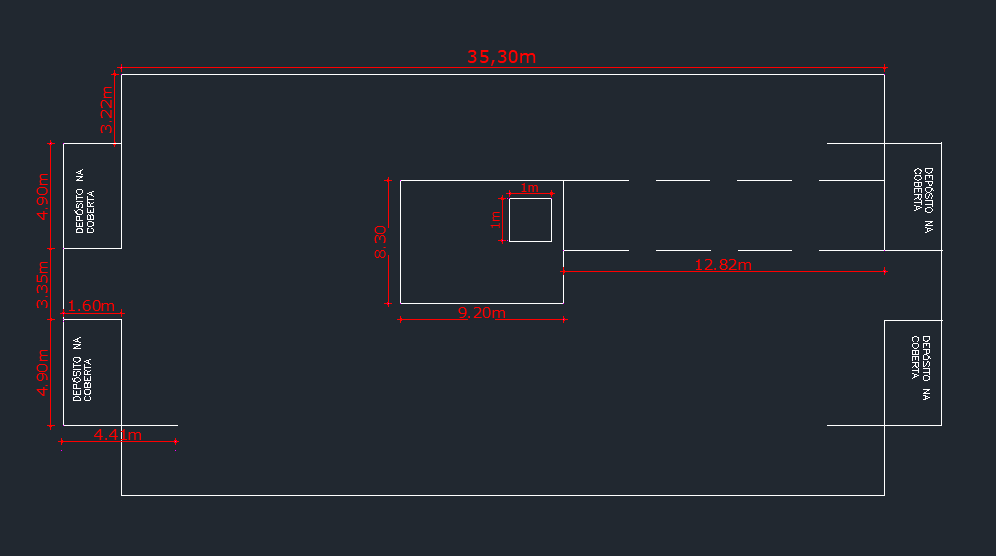
* + 1. Contudo, realizou-se o levantamento em campo do perímetro total do chapim na platibanda da edificação e no contorno da caixa d´água, perfazendo um total de **190,00m,** que subtraído do total previsto de contrato **50,00m,** teremos um **ACRÉSCIMO** de **140,00m** no item **2.2.11 - CHAPIM DE GRANITO CINZA ANDORINHA COM LARGURA DE 22CM E ESP=2CM**, considerado por esta Fiscalização como uma **FALHA de PROJETO.**



* + 1. Por consequência, consultamos o **Autor do Projeto Básico**, que registrou que essa diferença se deu pelo avançado estado de corrosão dos chapins de concreto existentes, que foram se degradando durante o processo de instrução processual, aumentado significativamente o número de peças a serem substituídas, uma vez que esse processo começou a ser instruído em **Agosto de 2021**.
    2. Por isso, ele concorda com a decisão da Comissão de Fiscalização pela substituição completa de todas as peças, uma vez que devido ao avançado estado de corrosão constatado, as peças eventualmente não substituídas,

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

poderiam vir a se despedaçar e provocar riscos de queda de material e causar acidentes futuros.



**Foto 10 – Desenho esquemático com as medidas reais do perímetro do Chapim de Granito no Pavimento da Cobertura**

* 1. A adequação das quantidades e preços unitários de acordo com os itens descritos acima, implicaria no cenário apresentado na **Tabela 1** abaixo, com os percentuais corrigidos, baseados no valor do Contrato de **R$ 5.600.000,00 (Cinco milhões e seiscentos mil reais);**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

# Tabela 1 - Resumo do 1º Aditivo para Fatos Supervenientes, Falhas ou Omissões de Projeto.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBJETO** | **VALOR DO CONTRATO** | **ACRESCIMOS** | | **SUPRESSÕES** | | **ADITIVO DE SUPRESSÃO** | |
| **Somente Acréscimos Absolutos** | **% Relativo ao Valor Original Global do Contrato** | **Somente Supressões Absolutas** | **%**  **Relativo ao Valor Original Global do**  **Contrato** | **Valor da Diferença entre Acréscimos e Supressões** | **% Relativo ao Valor Atual do Contrato** |
| **Retrofit das**  **Fachadas, Recuperação Estrutural, Impermeabilização e Serviços Gerais do Edifício Dom**  **Helder Câmara** | **R$ 5.600.000,00** | **R$ 591.162,09** | **10,56%** | **R$ 223.306,74** | **3,99%** | **R$ 367.855,34** | **6,57%** |

* 1. Informamos que esta Fiscalização teve o cuidado de atender às imposições do § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e dos Contratos Administrativos, considerando as obrigações da Contratada, descritas no Contrato **Nº 12/2023,** que transcrevemos abaixo *in verbis***:**

***“7.29*** *– Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos limites* do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93*”*

* + 1. Portanto, destacamos que o percentual dos **ACRÉSCIMOS** foi individualmente da ordem de **10,56%** correspondente a importância de **R$ 591.162,09 (Quinhentos e noventa e um mil, cento e sessenta e dois reais e nove centavos)** e o percentual individual das **SUPRESSÕES** foi de **3,99%** correspondente a importância de **R$ 223.306,74 (Duzentos e vinte e três mil, trezentos e seis reais e setenta e quatro centavos)**.
    2. O percentual resultante dos **ACRÉSCIMOS / SUPRESSÕES** foi da ordem de **6,57%** correspondente a importância de **R$ 367.855,34 (Trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

**e trinta e quatro centavos)** para os **Fatos Supervenientes, Omissões e/ou Falhas de Projetos** informadas na **Planilha do 1º Aditivo**, calculada sobre o valor original do contrato (**R$ 5.600.000,00**). Com esses resultados, concluímos que permanecemos abaixo nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93**,** atendendo a todos os dispositivos da legislação vigente. Portanto, o valor global do contrato, após o 1º Aditivo, passará a ser de R$ **5.967.855,34 (Cinco milhões, novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).**

* + 1. Considerando que a obra já se encontra com **5,49%** de serviços executados e já decorreu mais de **60 (sessenta) dias** do prazo de execução, ressaltamos para a Administração deste Egrégio Tribunal que as alterações contratuais, por conta de equívocos detectados no projeto básico ou de documento equivalente, concretizam o princípio da proporcionalidade, visto que se esses equívocos não forem corrigidos nesse momento, a Administração será forçada a rescindir o contrato, incorrendo em custos amplíssimos, dentre os quais os decorrentes das indenizações devidas ao contratado, além de realizar nova licitação e um novo contrato, postergando a satisfação do interesse público. Portanto, não se harmoniza com o princípio da proporcionalidade a solução que impõe à Administração ônus tão pesados, impedindo-a de corrigir os equívocos nas alterações contratuais;

# ANEXOS

São partes integrantes dessa **Informação Técnica Nº 01**, os seguintes Anexos: **ANEXO I – Planilha de Acréscimos e Supressões do 1º Aditivo (doc. 03); ANEXO II – Cronograma Atualizado com o 1º Aditivo (doc. 04).**

# ANEXO III – Composições Unitárias dos Itens Novos ao Contrato (doc. 05).

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

# ANEXO IV – Correspondência do dia 03/05/2023 da Consducto Engenharia Ltda., denominada de “JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE VERTICAL E PROTEÇÃO PERIFÉRICA” (doc. 06).

**ANEXO V – LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA PARA ADEQUABILIDADE**

# PARA ANDAIME SUSPENSO de autoria da 4M Engenharia Ltda. do Engenheiro de Segurança do Trabalho Raul Moreno Martins - CREA RNP 061176012-6 – ART CE20231208227 (doc. 07).

**ANEXO VI – Correspondência no dia 03/05/2023 da Consducto Engenharia Ltda., denominada de “JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA READEQUAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO ITEM 2.2.7 – REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO ACM” (doc. 08).**

# ANEXO VII – Decisão da Ministra Dora Maria da Costa – Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho sobre o retorno do trabalho presencial em 02/02/23 (doc. 09).

**ANEXO VIII – Decisão da Administração do Tribunal sobre o novo horário do funcionamento do Edifício Dom Helder Câmara (doc. 10).**

# ANEXO IX – Planta falada da localização do perímetro protegido em Tapume Metálico (doc. 11).

**ANEXO X – Memória de Cálculo do Revestimento Metálico de Alumínio Composto - ACM (doc. 12).**

# ANEXO XI – Memória de Cálculo do Revestimento Cerâmico da Fachada (doc. 13).

Fortaleza, 30 de junho de 2023.

***Eng.º Civil Paulo Brasileiro Pires Freire***

*Analista Judiciário TRT 7ª Região Membro da Comissão de Fiscalização (Portaria TRT7.DG Nº 242/2023)*

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS**

***Eng.º Civil Adriano Duarte Vieira*** *Analista Judiciário TRT 7ª Região Membro da Comissão de Fiscalização (Portaria TRT7.DG Nº 242/2023)*

***Fugita Machado de Carvalho Técnico*** *Judiciário TRT 7ª Região Membro da Comissão de Fiscalização (Portaria TRT7.DG Nº 242/2023)*

***Eng.º Civil Gustavo Daniel Gesteira Monteiro***

*Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos Gestor do Contrato*